

RESENHA

TELLES, Lorena Feres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)*. Ed. UNIFESP: São Paulo, 2022. 367p.

REDISCUINDO A MATERNIDADE NEGRA NO RIO DE JANEIRO, SÉCULO XIXAlanna Perônio¹

O crescimento dos estudos de gênero nas últimas décadas não apenas possibilitou o desenvolvimento de novas perspectivas acerca da história social das mulheres, como também estimulou debates para que assuntos antes vistos unilateralmente como “universo feminino” pudessem ser rediscutidos. Desta forma, temas relacionados a corpo, sexualidade, afetividade e maternidade têm ganhado maior visibilidade na historiografia, e é neste campo que as pesquisas de Lorena Telles se inserem.

Publicado em 2022 pela Editora UNIFESP, o livro “Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)”, aqui resenhado, é fruto da tese de doutorado em História da pesquisadora Lorena Féres da Silva Telles. Graduada em História pela Universidade de Paris IV (2003) e pela Universidade de São Paulo (2007), onde também defendeu o mestrado e doutorado, Lorena Telles dedica-se aos estudos de gênero com ênfase na história das mulheres negras, o cotidiano destas e suas relações de trabalho. Destacando-se entre as produções, sua dissertação de mestrado, intitulada “Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)”, em que a autora discute as condições do trabalho feminino no pós-abolição – e também está disponível em livro pela editora Alameda desde 2013.

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e mestranda em História Social pela Linha África e Diáspora na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente integra a Linha Escravidão e Invenção da Liberdade (UFBA), membro do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT-UNICAMP), do Grupo Rodney de Estudos em História da África, do Tráfico e da Escravidão Atlântica (GREHATEA), e do GT - Mundos do Trabalho (Anpuh-Ba). E-mail: a.peronio.his@gmail.com.

Na tese, Lorena Telles nos apresenta histórias que precedem a abolição mantendo o eixo das relações de gênero e trabalho, porém à luz das experiências de gravidez, parto, maternidade, medicina e como isso foi apropriado nas tensões e expectativas do fim do sistema escravista. Apoiada numa vasta bibliografia nacional e internacional, Telles utiliza um variado leque de fontes e recursos (iconográfico e literário) para nos apresentar as experiências de maternidade e violências ginecológicas-obstétricas vividas por africanas e suas descendentes no Rio de Janeiro oitocentista. Tendo como fonte principal os jornais que circularam na época anunciando serviços médicos ou descrevendo a realização de partos nas casas senhoriais e instituições clínicas e filantrópicas, Lorena Telles nos transporta para momentos de dor e violência sofridos por mulheres negras (em sua maioria escravizadas) ocultos na cientificidade posta na documentação. A pesquisa nos mostra, também, as visões dos médicos, os interesses senhoriais, os receios da população, a resistência das mães e a difamação da medicina popular (africana e indígena), o que nos permite conhecer o campo de disputa em que se estabeleceu a medicina obstétrica no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, na Faculdade de Medicina em Salvador.

Diante disso, vale ressaltar que a pesquisa de doutorado foi vencedora do Prêmio História Social do Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, edição 2019, e do Prêmio Sérgio Buarque de Holanda Tese em Ciências Sociais pela *Latin American Studies Association* (LASA), Seção Brasil/2020. E agora chega ao público em forma de livro, dividido em seis capítulos, além do prefácio de Maria Helena P. T Machado, texto de orelha de Cristina Wissenbach e contracapa de Flávio Gomes.

A instalação das Faculdades de Medicina (no Rio de Janeiro e em Salvador), associada à chegada de médicos e parteiras formados(as) em Lisboa e na França, impactou diretamente na concepção de maternidade negra no século XIX, sobretudo em regimes escravocratas. Inicialmente, o público-alvo eram as mulheres mais abastadas, assim buscaram deslegitimar o prestígio social das comadres – parteiras populares – atribuindo a elas e as suas práticas religiosas (indígenas e africanas) a responsabilidade pelas complicações com a parturiente e crianças. Como naquele contexto, a maternidade negra era condenável, pois além de reduzir a capacidade produtiva – na visão da maioria dos senhores sem implicar na redução do trabalho – havia a possibilidade de que elas não sobrevivessem aos partos ou morressem logo após o nascimento dos filhos, as mulheres

negras, em especial as escravizadas também se tornaram interessantes aos intelectuais, como mercado de trabalho e estudos de caso.

O que antes, ao descobrirem a gestação, resultava em castigos físicos, indução do aborto e infanticídio (principalmente nas suspeitas de paternidades senhoriais), com o progresso dos ideais abolicionistas passou a ser um investimento senhorial e clínico. Ainda assim, quando decorrida a gestação, comumente ignoravam-se as condições em que mulheres escravizadas gestavam, pariam, tal como o pós-parto e o recém-nascido não mobilizavam cuidados. Tudo isso nos é apresentado por Telles, que ainda vai além do que comumente sabemos, por exemplo, demarcando as diferentes experiências no espaço rural e urbano, onde no primeiro as mulheres voltavam ao trabalho nas lavouras com dois ou três dias depois do parto, deixando os filhos com as mais velhas e crianças maiores, enquanto no espaço urbano, a pequena propriedade escrava limitava essa possibilidade, obrigando a maioria delas a dividirem o seu tempo de maneira desigual entre as longas jornadas de trabalho em casa e nas ruas com as crianças. Como alternativa, algumas levavam seus filhos amarrados às costas ou as mantinham por perto, porém esse tipo de exposição também resultou na morte de crianças.

Nos dois primeiros capítulos, Telles realiza um profundo debate bibliográfico sobre corpo, reprodução e violência sexual sob perspectivas atlânticas que nortearam a pesquisa. Nele conhecemos o referencial teórico mobilizado pela autora, em especial as discussões relacionadas a “gravidez, abortos, partos e criação de filhos: Caribe e Estados Unidos” e a bibliografia sobre “famílias escravas, maternidade e amas de leite na historiografia brasileira”, nomeando assim os capítulos. Bem característico dos trabalhos acadêmicos, esse levantamento visa explicar o contexto escravista ao qual africanas e crioulas vivenciaram a maternidade no século XIX sob grandes demandas de trabalho, com ênfase no espaço urbano do Rio de Janeiro.

No capítulo seguinte, “Africanas e crioulas grávidas na cidade”, nos deparamos com a complexidade das relações afetivas (horizontais e hierárquicas) e sexuais (consensuais ou não) em que mulheres negras engravidavam nas primeiras décadas do século XIX, principalmente, no caso das jovens mucamas ou escravizadas de ganho e lavradoras que viviam sob a ameaça dos impulsos sexuais dos senhores e feitores. Por outro lado, essas mulheres resistiam na mesma proporção, fosse omitindo a gestação o quanto possível, pressionando a redução de trabalhos, denunciando as violências senhoriais, abortando ou fugindo, como resistência direta à escravidão e prevenção aos

maus tratos e separações familiares. Contudo, além do desgaste dessas alternativas e as suas consequências, Telles nos mostra o quanto a crueldade dessa realidade se agravou no declínio do sistema escravista.

Com as proibições do tráfico e as preocupações da classe senhorial por não conseguir renovar a posse de escravos, os médicos com todo o “repertório discursivo científico” ganharam mais destaque no cenário. Isso era apoiado pela classe senhorial e tinha o aval do governo, embora entre a população estes ainda fossem poucos requisitados. Quando começaram a participar dos partos, restringiam a sua atuação a retirada do feto, com ou sem vida. E é aqui que o cenário se complica.

A violência escravista se estendia às mulheres negras nos atendimentos médicos, tanto aqueles realizados na casa senhorial quanto nas instituições privadas e públicas, e foi retratada por Lorena Telles nos capítulos três e quatro. Em tópicos bem definidos, Telles nos apresenta, de forma bem resumida aqui, como os partos eram realizados no âmbito doméstico na primeira metade do oitocentos, restringindo o acesso íntimo apenas às mulheres, orientadas por parteiras de conhecimentos práticos e naturais passados por gerações africanas e indígenas, reelaboradas na escravidão urbana que assegurariam o bom parto e o resguardo puerperal e cuidados neonatais. Eram elas, as comadres, que possuíam a legitimidade social. No entanto, por vezes os partos aconteciam com a supervisão e interferências senhoriais que aguardavam ansiosamente o retorno de suas escravas ao trabalho produtivo, superando assim as necessidades e cuidados das escravizadas e de seus filhos. Concomitantemente, a chegada de parteiras francesas e portuguesas licenciadas impactou a atividade das comadres, levando ao endurecimento de políticas públicas contra as parteiras e à difamação destas nos jornais na segunda metade do oitocentos.

Não obstante o aumento expressivo de médicos durante a segunda metade da centúria e o interesse da classe senhorial em preservar os filhos (as) das escravizadas, dada a ilegalidade do tráfico, não se reduziu a recorrência de “partos difíceis e violência obstétrica: entre médicos e estudantes”, título do quarto capítulo. Restringindo sua atuação à remoção do feto, os primeiros médicos a atuarem nos partos domiciliares ou em casas próprias causaram traumas e mortes de mulheres e crianças, sob o discurso de práticas técnicas-científicas. A implementação do fórceps, pelvímetros e outros instrumentos clínicos ganharam destaque como forma de reduzir as complicações, porém causando inúmeros estragos tanto por estudantes inexperientes quanto por médicos

docentes na Casa Senhorial, nas chamadas Casas de Saúde, na Maternidade Municipal (1881-1883) e sala de partos da Misericórdia destinadas a atender mulheres muito pobres.

No intuito de aumentar o ensino da prática médica obstétrica, exploraram majoritariamente as gestações de mulheres negras e pobres, delas teorizaram o racismo científico em teses de medicina, realizaram exames invasivos, cesáreas perigosas, tiraram vidas de fetos e parturientes, usaram os corpos vivos ou não para a realização de autópsias, descartaram seus corpos como meros objetos, inclusive largando-os nas ruas. Nos casos de sobrevivência da mãe ou do feto, os cuidados puerperais e neonatais eram negligenciados, o que também levou à morte de pessoas, mas não comprometia, para os médicos, o sucesso de suas atuações. Isso foi identificado pela autora nas narrativas dos partos divulgados nos jornais e amplamente conhecidos entre a população. A documentação silencia as visões das parturientes, mas de acordo com Telles, é crível que estas trocassem informações e por isso rejeitassem os médicos, culpando-os pelas mortes de seus filhos e filhas. Nesses capítulos concentram-se as narrativas mais detalhadas de momentos assustadores, e já alerta para o conteúdo sensível.

No quinto capítulo, “Mãe e ama de leite: os desafios da maternidade na cidade escravista”, Telles trata da mercantilização das mães, mais especificamente do leite produzido por elas, e como a Lei do Ventre Livre (1871) representava o desprezo dos senhores pelas crianças por não poderem escravizá-las, vendendo-as ou abandonando-as na roda dos expostos para que pudessem alugar as mães por preços exorbitantes. Na contramão, conhecemos tensões cotidianas entre senhores, locatários e mães escravizadas, aqui temos uma versão mais real das amas-de-leite, não apenas como uma “segunda mãe” das crianças brancas, mas mulheres sobrecarregadas de trabalhos domésticos, lidando com a separação ou morte de seus filhos, coagidas a aleitar aqueles que futuramente serviriam, e por vezes se recusando ou negligenciando os serviços, causando a morte dos senhorzinhos acidentalmente ou não.

Nestes últimos capítulos, Lorena Telles aprofunda sua análise nas estratégias utilizadas por mulheres negras para que pudessem continuar “criando os seus”, título do sexto capítulo. Fosse pela negociação ou por conflitos diretos com os senhores, fosse adaptando suas realidades de trabalho, fugindo ou recorrendo à justiça, mulheres africanas e crioulas resistiram às violências senhoriais para que não fossem separadas de seus filhos. Aqui, Telles também enfatiza a importância das famílias e das redes de solidariedade construídas por essas mulheres.

Chegamos ao final da leitura com a sensação de que sabemos pouco de Teresa e Felipa por darem título ao livro, mas sem prejuízos à sua compreensão, considerando o número de situações em que gestantes e parturientes viveram a maternidade no mesmo período que elas. Telles não só tratou das circunstâncias da gestação e do parto, como apontou as variáveis implícitas nesses contextos, explorando ao máximo o documento e o que este silenciava, além de destacar as articulações da comunidade negra. A autora nos mostra como ainda temos muito a refletir sobre a medicina e a maternidade africana entre povos originários e dentro da diáspora, a dimensão econômica da maternidade negra em números brutos e a experiência de mulheres negras libertas, pobres, livres ou em ascensão.

Destaca-se na obra a dualidade entre senhores e escravizadas sobre a maternidade, enquanto o “parir” não era visto como maternidade, mas como procriação para as parturientes, além dos aspectos afetivos que por vezes foram ignorados na historiografia, estas mulheres reconheciam a importância de seus filhos no contexto escravista e de certo modo buscavam preservar suas concepções ancestrais resistindo de diversas formas. Temas como o aborto, fugas e compadrio são trazidos com muita competência e sensibilidade. Uma obra mais do que necessária.

Além disso, para qualquer mulher negra que leia os relatos descritos por Telles existe grande chance de reconhecerem nas narrativas os temores de suas mães e avós que passaram por experiências traumáticas no momento do parto em clínicas, maternidades e hospitais moldados pelas heranças do racismo científico. Ou até que se reconheçam em situações semelhantes. As angústias transmitidas por gerações são reconhecidas nas atrocidades cometidas nos partos sob discursos racistas e justificativas patológicas que remetem ao século XIX. Mulheres que perderam seus filhos sem assistência, viram amputarem partes de seus filhos, tiveram seus úteros dilacerados com equipamentos médicos, pegaram infecções, outras se deparam com o resto dos corpos das crianças nas ruas porque dilacerados e, portanto, não poderiam ser enterrados no cemitério cristão, passaram por exames invasivos, foram analisadas por grupos de homens desconhecidos, enfim, situações perpetuadas na realidade médica brasileira.

O livro de Lorena Telles chega às nossas mãos em um momento delicado em que lutamos pela descriminalização do aborto e pela reforma nos manuais de conduta obstétrica. É uma tese de História que em muito pode contribuir para fundamentar

projetos de políticas públicas e, esperamos, às aulas dos cursos de enfermagem e medicina.